

ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada pelo aplicativo ZOOM, a 19 de agosto de 2023, com início às 14h00 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da Ata da reunião Lisboa; 2) Mensagem de antigo Conselheiro e “hino do CCP”; 3) Alteração à Lei do CCP e futura eleição; 4) Proposta ao Orçamento de Estado 2024; 5) Proposta de cooperação entre o CCP e o Observatório da Emigração; 6) Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros Flávio Martins, Amadeu Batel, Ângelo Horto, Lígia Fernandes, Manuel Coelho, Maria de Lurdes De Almeida, Rita Santos, António Cunha, Pedro Rupio e Paulo Martins, em substituição ao Cons. Daniel Loureiro. Justificou a ausência o conselheiro Paulo Marques. O Cons. Flávio Martins cumprimenta a todos os presentes e, em votação, a ordem de trabalho foi aprovada conforme a convocatória, passando-se assim ao ponto 1) Aprovação da Ata da reunião Lisboa. Foi informado que devido a contratempos a secretária somente finalizou a Ata no dia anterior pelo que não deu tempo para a sua revisão e portanto ficará para ser aprovada na reunião de setembro juntamente com a ata da reunião de hoje. Passou-se então ao ponto 2) Mensagem de antigo Conselheiro e “hino do CCP”. O Cons. Amadeu Batel informa que este hino é da autoria do Cons. José Machado e que foi apresentado no Plenário de 2003, numa altura de euforia e exaltação devido a várias circunstâncias para que se cantasse em todos os eventos do CCP. No entanto depois caiu no esquecimento; diz que é a favor de fazer desse hino uma parte da história deste órgão. O Cons. Ângelo Horto partilha da mesma opinião. O Cons. Flávio Martins notifica que quem mandou a mensagem foi o antigo Conselheiro pelo Canadá, o Sr. António Silva, e propõe que o mais correto seria disponibilizar o hino no site do CCP como mais uma informação na história do mesmo, na página do “Memória do CCP”, dando esta informação a todos do CP/CCP e ao antigo Conselheiro. Todos concordaram por unanimidade. Continuou-se para o ponto 3) Alteração à Lei do CCP e futura eleição. O Cons. Flávio Martins participa que o SECP lhe telefonou para informar como deveriam ficar os círculos eleitorais e a distribuição dos (agora) 90 Conselheiros. Comunicou que não haveria alteração quanto à distribuição que foi feita em

2015. A visão dele é que países que não estavam contemplados em 2015 passarão a estar nos Círculos existentes e que, devido ao atual recenseamento eleitoral, há áreas que ganham mais conselheiros e conselheiros que ganham mais áreas como, por exemplo, a área da Califórnia ganha México, Argentina fica com Peru, Chile e Paraguai. Os 10 novos Conselheiros serão distribuídos da seguinte forma: 8 para Europa (sendo um destes para Turquia, Rússia e antigas Repúblicas da URSS), um para Israel e Oriente Médio e mais um para São Paulo. No que refere à data da futura eleição do CCP ainda não se tem informação pois primeiro deverá haver uma reunião online entre o SECP e o CP/CCP para analisar a melhor possibilidade. O Cons. Paulo Martins questiona se na distribuição dos Conselheiros não consta nada referente às Caraíbas ao que o Cons. Flávio Martins responde afirmativamente mas ainda não dispõe da informação completa. No que refere à data das eleições o Cons. Amadeu Batel relembra que na reunião de Lisboa acordou-se com o SECP um período de maturação para o processo eleitoral pelo que vê com apreensão que a data seja para novembro. A Cons. Maria de Lourdes De Almeida refere também que nessa mesma reunião se falou também das eleições na Madeira em setembro, no entanto considera que se deve aguardar pela reunião com o SECP e depois dependendo do que ele participe, os Conselheiros terão oportunidade de expressar as suas opiniões. Concordou-se então que se informaria, após conversa com o Dr. Paulo Cafôfo, sobre a melhor data para uma reunião online, dependendo sempre da agenda do mesmo. Continuando ao ponto 4) Proposta ao O.E. 2024, o Cons. Flávio Martins relembra que na reunião de Julho em Lisboa com o SECP e o Diretor da DGACCP, eles informaram que apesar de termos proposto 480.000 para 2024, eles iriam propor 420.000 porque os 60.000 para o Gabinete de Apoio não se justificavam pois o Gabinete não estava contemplado na futura lei. Sendo assim o Conselheiro sugere fazer uma carta para enviar a todos os Grupos Parlamentares para que estes apoiassem o pedido do CCP de 480.000 sem cativações porque igualmente iriam ser necessários. A Cons. Maria Almeida recordou que nas reuniões com os Grupos Parlamentares em julho, o Cons. Flávio Martins, no uso da palavra, solicitou a todos o apoio nesta matéria,

por isso o envio de um ofício reforçando esse pedido é sempre uma mais valia. O Cons. Amadeu Batel concorda mas não deixa de mostrar a sua preocupação relativa ao futuro CCP, um órgão sem autonomia é difícil gerenciar estes recursos, expressa. Submetida à votação o envio do ofício foi aprovado por unanimidade. Passando ao ponto 5) Proposta de cooperação entre o CCP e o Observatório da Emigração, o Cons. Flávio Martins participou que o Cons. Rui Barata (França) tinha enviado essa proposta já antes da reunião em Lisboa e ficou para debater agora. Trata-se de uma proposta de cooperação entre o CCP e o Observatório da Emigração que não gera nenhum ónus orçamental; é uma troca de impressões entre os dois órgãos. O Cons. Paulo Martins esclareceu que a Comissão Temática realizou 4 ou 5 reuniões online com o Observatório desde 2020 numa tentativa deles perceberem o que se passa no terreno quanto a diferentes matérias inerentes às Comunidades, mas nunca se chegou a uma conclusão. No entanto pensa que esse protocolo entre os dois órgãos pode ser positivo pois pode-se ter mais “feedback” no relativo a diferentes aspetos. Uma vez que o protocolo é renovado ano a ano, não vê motivo para não avançar. Eles procuram artigos de pessoas de impacto nas comunidades (elite), o CCP pode puxar para a divulgação da comunidade trabalhadora, tradicional, aquela que não tem voz. O Cons. Amadeu Batel não se opõe a este protocolo, tudo é positivo, a partilha da investigação, os projetos a realizar, agora o importante é como é que vai ser concretizado, pois deve haver uma colaboração entre as partes para que a investigação seja pluridimensional. Há áreas que não têm sido objeto de investigação, é o que se chama “manchas brancas” e nesta parte o CCP pode dar o seu contributo. O Cons. Paulo Martins clarifica que há estudos que não refletem a realidade das Comunidades e o CCP pode aportar dados mais reais das mesmas. O Cons. Flávio Martins aclara que o texto é muito amplo e precisa ser regulamentado, pormenorizado, melhorado, mas não se deve privar de dialogar. O diálogo não tira a legitimidade ao Conselho e considera que também é uma mais valia interatuar com outros Conselhos como o da Diáspora Açoriana e o das Comunidades Madeirenses. A Cons. Rita Santos concorda com fazer protocolo com outros Conselhos porque assim o CCP será mais visível. Uma vez

questionados os presentes sobre a assinatura deste protocolo com o Observatório, todos votaram positivamente. Passou-se então ao ponto 6) Assuntos Gerais. O Cons. Flávio Martins relembra que escreveu a todos os Conselheiros para que informassem à Ana Cristina da data da realização das reuniões das suas respectivas secções locais, mas até ao momento nada foi feito, somente o Brasil, França e China informaram intenção de realizar com das secções locais em setembro ou outubro. Submete também à consideração as datas da última reunião presencial deste CP/CCP, dias 13,14 e 15 de novembro e o encaminhamento duma carta ao SECP, Dr. Paulo Cafôfo, pedindo esclarecimento sobre os seguintes pontos: a) Como está o andamento do estudo do plano estratégico para as comunidades; b) Saber mais especificamente como serão os apoios para a comunicação social e o associativismo em 2024. Recorda neste ponto que se tinha falado de 600.000 euros para a comunicação social e 900.000 euros para o associativismo, mas não se sabe ao certo; e c) perguntar sobre a plataforma e-cônsul. Neste ponto notifica que na reunião online do CP/CCP em junho, pediu-se à Comissão Temática correspondente que emitisse um Parecer sobre este ponto e até ao momento nada foi recebido como tampouco as conclusões da reunião presencial em abril. O Cons. Paulo Martins lamenta o ocorrido e não compreende a atual falta de comunicação entre os membros da CT. Foram então submetidas à votação as datas da próxima reunião presencial e o encaminhamento de ofícios ao SECP. Todos concordaram com o envio. No referente às datas, a Cons. Rita Santos disse que depois informaria e todos os demais Conselheiros aprovaram. Assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h00 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.



